

Economia Solidária e Feminista um Encontro Possível

Graciete Santos¹

Introdução

Nesse texto farei algumas considerações sobre o lugar das mulheres na economia e do não reconhecimento delas como sujeitos econômicos. Analisarei o modo de produção capitalista dando ênfase as relações desiguais de gênero e a divisão sexual do trabalho. Tentarei identificar as diferenças, a partir dos seus diferentes princípios, entre o modelo capitalista e a economia solidária. Também buscarei analisar a Economia Solidária como um processo em construção e de afirmação dos diversos sujeitos com destaque para o lugar das mulheres nesse espaço e, sobretudo a necessidade de aprofundamento da análise das desigualdades de gênero existentes tomando como referencial teórico político a divisão sexual do trabalho.

Parto da hipótese que há uma tendência a naturalizar o sentido do capitalismo, onde a competição é o eixo estruturador das relações sociais, como única alternativa econômica. Talvez pelo fato do capitalismo ser dominante há tanto tempo, tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos. Também há um sentido funcionalista de fixar as mulheres a “papéis femininos” determinando essas a condição biológica, do seu papel na reprodução e na sua participação no mundo do trabalho.

Economia Capitalista: gênero e patriarcado

Segundo Paul Singer (2003) a competição permite aos/as consumidores/as comprar pelo menor preço, e estimula que o melhor vença. Pessoas que ganham e pessoas que perdem. Na economia capitalista as pessoas ganhadoras acumulam vantagens e as pessoas perdedoras acumulam desvantagens nas competições futuras. Essa lógica traz impactos

¹ Socióloga, coordenadora geral da Casa da Mulher do Nordeste

sociais. Tudo isso explica que o capitalismo produz desigualdades estruturadoras na vida social, econômica e política, produzindo sociedades profundamente desiguais e injustas. A partir dessa análise consideramos fundamental recorrermos ao conceito de patriarcado para ampliarmos e entendermos as relações desiguais de gênero e a opressão sofrida pelas mulheres na organização da produção.

Para revertermos essa lógica seria necessário uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todas as pessoas, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que as pessoas deveriam cooperar entre si e não competir.

Porém, a solidariedade só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A questão central é a associação entre iguais e não um contrato entre desiguais. Em uma cooperativa de produção, todas as pessoas sócias têm a mesma parcela do capital, direito ao voto e as decisões. Ninguém manda em ninguém (SINGER, Paul 2003). Esses são os princípios básicos desejados, mas é importante analisá-los em contraponto aos princípios dominantes nas sociedades que alimentam e estruturam as desigualdades sociais, culturais e econômicas e que se fundamentam no patriarcado, no racismo e no capitalismo. Esses três sistemas de organização social, política e econômica, estruturam a base das desigualdades numa perspectiva de interseccionalidade das dimensões de gênero, raça e classe.

O que queremos destacar é que as desigualdades não são naturais, assim como a competição não é algo natural entre as pessoas. Elas resultam da forma como se organiza a vida social e econômica na sociedade, são construções culturais.

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: proprietária ou possuidora do capital e a classe que vende a sua força de trabalho por não dispor do capital. Mas como vimos as sociedades não são organizadas apenas pela categoria de classe, mas pela articulação entre as estruturas de gênero e raça, que combinam exploração e dominação.

A introdução da categoria “gênero” nesse contexto revela a insuficiência dos corpos teóricos das ciências sociais, pela sua incapacidade de oferecer um tratamento adequado à desigualdade social entre mulheres e homens. Segundo Cristina Carrasco² essas categorias pretendem denunciar o viés androcêntrico que subjaz o “saber científico”, nos temas de pesquisa, na interpretação dos dados e resultados, que reforçam uma perspectiva baseada em uma cultura construída pelo domínio masculino.

Portanto, consideramos importante introduzir o debate sobre a relação do capitalismo com o patriarcado. Para a mesma autora, esse debate se acirrou nos anos setenta e oitenta, onde a polêmica se polarizava seguindo as duas correntes do feminismo: socialista e radical. As primeiras tentam explicar a situação da mulher pondo ênfase nas relações capitalistas, enquanto que as segundas nas relações patriarcais.

Milet (1969) e Firestone (1973) citados por Cristina Carrasco (1998), colocam que a noção de patriarcado é elaborado originalmente pelo feminismo radical para definir um sistema universal e trans-histórico de estruturas políticas, econômicas, ideológicas e psicológicas através das quais os homens subordinam às mulheres. Para essa corrente do feminismo o patriarcado é o sistema contra o qual as mulheres devem lutar. O feminismo socialista desenvolve um conceito de patriarcado suscetível de ser relacionado com o sistema capitalista, de tal maneira que os dois sistemas atuam na sociedade reforçando-se mutuamente. CARRASCO, Cristina (1998). Embora existam diferentes abordagens de patriarcado e diferentes explicações sobre a relação entre este e o sistema capitalista, a questão que queremos reafirmar é que a subordinação das mulheres não pode ser analisada independentemente de outras formas de exploração capitalista, apesar de reconhecermos a crítica ao marxismo e às organizações socialistas por ter colocado as mulheres a margem e invisibilizado o trabalho doméstico, e concebendo a opressão das mulheres como efeito secundário da exploração de classes.

É nesse âmbito que tentarei retomar o conceito de Patriarcado como elemento fundante para a análise teórico política do presente texto.

² Para maiores aprofundamentos consultar: CARRASCO, Cristina. Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas. Ed. Içaria – Antrazyt, 1998.

Para Betânia Ávila (2006) é necessário desmistificar a visão sobre patriarcado, muitas vezes tomado como algo ancestral e perdido no tempo, ou que acontece de uma mesma maneira, a despeito dos contextos sociais e históricos. O conceito de patriarcado é fundamental e necessário, pois trata da questão do poder e da dominação na relação entre homens e mulheres, e sobre as estruturas sociais que sustentam a reprodução da desigualdade na relação de gênero.

O patriarcado que se instituiu, no Brasil, como parte do sistema de dominação no período colonial, passou, evidentemente, por grandes transformações. Isso, no entanto, não significa que seja um tipo de poder historicamente superado. No Brasil, a ideologia patriarcal e racista foi um elemento central da ação dos colonizadores, a qual vem se reproduzindo com herança cultural até os nossos dias.

O patriarcado está sempre enredado em uma trama social e histórica concreta onde se entrecruza com muitas outras variáveis relevantes como classe e raça. É um conceito que deve ser reafirmado e contextualizado (AVILA, Betânia 2006).

Segundo Joan Scott (1999) “necessitamos de teorias que possam analisar o funcionamento do patriarcado em todas as suas manifestações – ideológicas, institucionais, organizativas, subjetivas – explicando não somente a continuidade, mas também as mudanças no tempo”.

Para Heleieth Saffioti (2002) a lógica patriarcal que, embora não mais de *jure*, mas de *facto*, continua permitindo que a categoria *homens* assegure, inclusive por meio da violência, sua supremacia.

A matriz cultural patriarcal que estrutura a subordinação das mulheres aos homens perpassa as esferas da vida privada e pública da sociedade. Um dos seus fundamentos é a antiga idéia de que a espécie humana estaria dividida sexualmente em seres superiores e inferiores, física, mental e espiritualmente. Tanto nas religiões, como na filosofia e na ciência moderna, os argumentos utilizados, para defender esse princípio da desigualdade, partiram do postulado de que a função reprodutiva dos homens detinha o princípio da vida. Em outras palavras, a natureza haveria depositado nos corpos dos homens o princípio ativo da vida, garantindo-lhes a primazia da reprodução da

espécie. E os corpos das mulheres seriam, então, simples receptáculos de uma vida humana já constituída pelos homens.

Com isso, podemos identificar que a inspiração para muitas leis e das normas que regeram a sociedade, estabelecendo situações desiguais entre mulheres e homens, partiu de interpretações equivocadas sobre a natureza.

Porém essa suposta superioridade e completude masculina deram aos homens, por um longo período histórico, a condição de titulares de direitos sobre todos os outros seres e sobre todas as coisas, bem como o único representantes de Deus na terra. Socialmente, esse processo gerou uma forma específica de organizar a sociedade, denominada Patriarcado.

Patriarcado é a forma pela qual as sociedades organizam-se, reconhecendo na figura paterna o princípio da vida e a primazia da autoridade e da propriedade. A partir dele, estruturam-se perspectivas paternalistas e patrimonialistas da sociedade (BUARQUE, Cristina e SANTOS, Graciete 2007).

As Mulheres e a Economia

Como vimos a visão predominante e hegemônica da economia é androcêntrica e patriarcal e está fundamentada nos princípios da economia capitalista, da propriedade privada dos meios de produção, na extração da mais-valia (o trabalho não pago, o lucro) alienação do trabalho e exploração do trabalho e dos corpos das mulheres. Só considera como trabalho aquele que produz lucro. Sendo assim, não valoriza nem visibiliza o trabalho reprodutivo, responsável pelo cuidado com as pessoas e a reprodução da vida, e este sim é realizado pelas mulheres.

Quando trazemos o tema econômico para os espaços de debate e ação das mulheres, costumamos ouvir que se trata de uma discussão “difícil”. Difícil porque utiliza termos técnicos, uma linguagem distante das nossas vidas. Como é que nós vamos começar a vencer essa “dificuldade”? Responder a esse mito do “tema difícil” é o primeiro passo para nós mulheres relacionando-o com nossas vidas, com a nossa atuação no movimento de mulheres, nas lutas contra os acordos de livre comércio, que de várias formas abrem os mercados dos países para os interesse do capital internacional.

O primeiro passo é sempre afastar a “cortina de fumaça” que existe em torno dos temas econômicos e vencer a idéia de separação que existe entre economia e a vida das pessoas. A economia aparece sempre como aquele assunto de especialistas, porém é necessário entender que essa separação faz parte de uma organização da sociedade e das políticas para manter as mulheres afastadas do tema.

Se olharmos para as políticas direcionadas às mulheres, vemos que estão geralmente na categoria das políticas sociais, e nunca da política econômica, de forma que as mulheres são levadas a pensar que nada temos a ver com os processos (macro)econômicos.

A forma como hoje a nossa economia está organizada vem de um certo modelo teórico que chamamos de economia neoclássica, baseada em alguns princípios que as mulheres, e o feminismo, podem e devem questionar.

O primeiro princípio sugere que a economia funciona como uma máquina automática, segundo próprias regras e o mercado funciona sozinho, movido pelas somas e disputas dos interesses individuais. A economia neoclássica, que inspira os projetos macroeconômicos na maior parte do mundo, e têm como ponto de partida os indivíduos, todos com oportunidades iguais para desenvolver atividades econômicas capaz de satisfazer suas necessidades. Essa idéia é fácil de ser contestada, pois não vivemos num mundo de igualdade e sim de injustiça, exploração, discriminação racial e diferenças entre homens e mulheres, pobres e ricos, trabalhadores e proprietários.

O modelo da economia clássica, é portanto um modelo abstrato, que não existe na realidade. Segundo ele todos os indivíduos são iguais, todos têm interesses e se guiam por uma lógica de perdas e ganhos, trocando coisas no mercado para obter o máximo de satisfação com a compra, a venda e a circulação de riquezas. Por esse modelo, o “bom funcionamento” da economia é garantido pelos próprios altos e baixos do mercado e tudo deve ser estruturado para que ele funcione sozinho.

Mas na vida real, como escreveu Karl Polanyi (1980) economia de mercado está ligada a uma sociedade de mercado. Existe uma idéia da mão invisível do mercado que rege as relações sociais, como se ele fosse autônomo

e não tivesse nada a ver com as escolhas e lutas políticas. É, portanto, esse modelo que criticamos, o qual mascara as relações de desigualdades e se afasta cada vez mais de uma iniciativa política nossa, com nossa ação.

Uma outra questão relevante é entendermos que na economia, os atores e atrizes não são exatamente os indivíduos isolados; as pessoas estão ligadas, estão conectadas socialmente, seja na estrutura familiar ou na comunidade, e estas relações sociais estão perpassadas por relações de poder e de desigualdade. Nas relações de desigualdade as feministas dão destaque à relação de opressão que existe entre homens e mulheres.

Economia Feminista

A Economia Feminista vem sendo trabalhada por várias economistas ao redor do mundo. Existe uma articulação, a Association for Feminist Economics, formadas por acadêmicas em diversas universidades do mundo, principalmente dos EUA, que publica, três vezes ao ano, a revista Feminist Economics com ensaios e artigos sobre o tema. No Brasil foi criada a Rede Economia e Feminismo (REF)³ que tem como um dos seus objetivos difundir a teoria econômica feminista como ferramenta de análise da situação das mulheres na realidade brasileira.

A Economia Feminista discute gênero nas políticas macroeconômicas, com intenção de promover mudança radical na análise econômica, em seus pressupostos básicos e metodologias, faz uma crítica à economia convencional por ser cega ao sexo e pretender que suas suposições e teorias sejam universais .

As economistas feministas também chamaram atenção para o fato de que em muitas das referências, inclusive de estatísticas, com relação ao funcionamento da economia, as mulheres muitas vezes ficam escondidas atrás da unidade da família, como se elas não existissem independente do núcleo familiar ou como casal. Por muito tempo, todas as estatísticas eram produzidas sem olhar para o fato de que as mulheres podem ser agentes independentes, atrizes da transformação econômica.

³ Para maiores informações consultar: www.redeeconomiaefeminismo.org.br

Essa crítica foi importante para ir transformando um pouco as referências do modelo econômico abstrato que orienta a organização da economia hoje. Isso vem ocorrendo, de uns anos para cá, não só porque as críticas se fizeram ecoar, mas também porque o modelo começou a dar cada vez menos certo. As instituições internacionais propunham regras para o desenvolvimento, que sugeria, por exemplo, a privatização dos serviços básicos, como educação e abastecimento de água, pois a participação do Estado não permite o mercado regular às coisas pelo seu próprio funcionamento.

Várias críticas foram sendo levantadas com relação a esse modelo imposto, e com isso se iniciou um quadro de mudança na orientação. As mulheres começaram a aparecer com mais frequência nos relatórios, nas orientações políticas de instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional FMI e o Banco Mundial. Essa é uma questão que temos de olhar com bastante cuidado. Aquelas mulheres que só cuidam da reprodução e ficam confinadas no espaço doméstico, eram invisíveis entre os indivíduos, entre aqueles agentes racionais do mercado. Então, as mulheres passaram a serem consideradas também, mas, algumas vezes, o reconhecimento aparece apenas para reafirmar a responsabilidade das mulheres para com a tarefa reprodutiva e da comunidade.

Neste contexto, logo, começam a ser desenhadas políticas especiais para as mulheres, garantindo que continuem assumindo o lugar de responsabilidade pela reprodução, pelas comunidades e como gestoras da miséria que o próprio sistema produz. Atualmente nós já percebemos algumas mudanças com relação ao modo como as políticas se referem às mulheres, no entanto, temos que seguir prestando atenção se essas mudanças não estão reproduzindo as mesmas estratégias de dominação com uma nova cara, enquanto as formas que geram a desigualdade e a pobreza entre as mulheres seguem seu rumo sem serem questionadas. As relações de dominação vão se transformando e nós precisamos sempre estar atentas a acumular e desenvolver nossas formas de resistência e nossas formas de reação.

A questão da separação entre o econômico e o social talvez seja um dos pontos de aproximação da crítica proposta pela economia solidária e pelas feministas. A idéia de conseguir transformar as relações econômicas da sociedade como um todo, sabendo que isso passa por mudar a vida das mulheres, pode ser um horizonte para uma outra forma de organizar a economia, ou seja, uma Economia Solidária. Atualmente, as experiências voltadas a Economia Solidária são de grande importância, pois contribuem para a construção de novas formas de gestão capazes de serem alternativas à economia de mercado.

Economia Solidária , gênero e mulheres

Podemos dizer que a Economia Solidária é um modo de organizar a vida econômica, social e política de uma sociedade, a partir dos princípios da cooperação, solidariedade, e justiça social. Tem como centro a valorização do ser humano, nas relações de trabalho, produção, comercialização e consumo. É portanto a valorização das relações sociais, considerando a sustentabilidade ambiental, igualdade, justiça de gênero, raça, e o reconhecimento e valorização do trabalho reprodutivo, como fundamental para a humanidade.

As iniciativas de Economia Solidária devem também poder buscar formas de gestão e de funcionamento capazes de oferecer alternativas à forma como o trabalho das mulheres é explorado na economia de mercado, não só oferecendo alternativas à estrutura econômica capitalista, mas também à uma estrutura econômica que é patriarcal e racista e depende do silêncio das mulheres e da exploração de um trabalho não pago. Tudo, nesse campo de experimentação, pode ser muito importante para começarmos a ver alternativas com relação à opressão das mulheres no sistema econômico.

Levando em consideração todo esse contexto, o tema da Economia Solidária tem sido bastante importante, e trás consigo a necessidade de ser discutido pelas feministas que estão tentando transformar as relações na sociedade como um todo. Devemos construir a consciência de que precisamos nos integrar, começar a pensar essas lutas, na luta da mulher que está brigando para construir um empreendimento de geração de renda, das mulheres que estão lutando para superar uma situação de violência, doméstica

ou fora de casa; mulheres que estão buscando melhores condições de trabalho, também no mercado, mulheres que estão tentando superar a situação de receber menos que os homens.

É importante percebermos como as nossas histórias estão ligadas às outras. Elas estão ligadas a partir de uma forma de estruturação da sociedade contra a qual precisamos encontrar alternativas, contra a qual precisamos lutar juntas, interconectando os nossos temas, porque as nossas histórias passam muitas vezes pelos mesmos caminhos em que nos encontramos, sem que consigamos estabelecer diálogos.

Para tanto, precisamos pensar a relação entre o produtivo e o reprodutivo, e operar mudanças substantivas na organização da produção, das famílias e comunidades e nas relações desiguais de gênero.

Inicialmente, é importante reconhecermos que o debate sobre Economia Solidária, Gênero e Mulheres ainda é pequeno e insuficiente diante da grande participação e contribuição das mulheres nas experiências de Economia Solidária. Essa constatação é, no mínimo, intrigante.

Segundo dados obtidos no mapeamento nacional da Economia Solidária⁴ dos Empreendimentos Econômicos Solidários mapeados, a participação relativa dos homens é superior à das mulheres (64% homens e 36% mulheres). Entretanto, esses dados requerem um maior tratamento no que se refere à realidade da participação das mulheres na Economia Solidária, de modo que, se examinarmos a composição do quadro social dos empreendimentos, verificaremos, que quanto menor o seu tamanho, maior é a participação relativa das mulheres, assim como os considerados de “pequeno porte econômico”.

Constata-se também a pouca aproximação do movimento de economia solidária com o movimento feminista e vice-versa, não incorporando, assim, nas suas agendas políticas, temas e questões fundamentais para ambos os movimentos. Portanto, a Economia Solidária deve assumir a agenda feminista de romper com a separação entre produção e reprodução, com a Divisão Sexual do Trabalho e alargar o que chamamos de *trabalho*.

⁴ Atlas da Economia Solidária no Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2006. Maiores informações: www.fbes.org.br

Destacamos dois elementos fundamentais para a ação política desses dois movimentos: a superação da herança cultural do patriarcado e a superação da cultura econômica da exploração capitalista.

Pensar a Economia Solidária como um projeto de desenvolvimento passa necessariamente por se contrapor ao modelo hegemônico da economia capitalista e da cultura patriarcal. Pois esses modelos ameaçam a vida humana por considerarem apenas o trabalho que gera lucro e não reconhecerem como trabalho o cuidado, as atividades de manutenção e reposição das condições de vida, as quais são consideradas responsabilidades das mulheres (NOBRE, 2007).

Essa reflexão sobre patriarcado e capitalismo, inserida nas lutas da Economia Solidária e do Feminismo, nos leva a reconhecer a importância da centralidade do trabalho nesse debate. Para avançarmos, é preciso compreender a Divisão Social e a Divisão Sexual do Trabalho como importantes instrumentos de análise que estruturam as relações entre as pessoas.

A Economia Solidária se propõe a romper com a Divisão Social do Trabalho. Ou seja, a separação entre o proprietário dos meios de produção e a pessoa que vende sua força de trabalho, entre trabalho manual e intelectual. Em outras palavras, propõe o fim da relação patrão-empregado.

Assim, podemos acreditar que o movimento da Economia Solidária também pode representar uma alternativa para fortalecer o rompimento com essa dicotomia de representação, de valorização do trabalho do homem e subordinação do realizado por mulheres. Essa é uma tarefa cotidiana de quem acredita nesse novo modelo de desenvolvimento, pois a Economia Solidária é um caminho possível para pensar a superação da Divisão Sexual do Trabalho e se garantir uma abordagem feminista em todos os seus processos (GUÉRIN, Isabelle 2005).

Ainda que se considerem as contribuições do século XIX (como a elaboração marxista sobre o trabalho), foi no século XX que se deu efetivamente uma nova dimensão ao conceito de trabalho, a partir do movimento feminista. O desenvolvimento desse conceito foi formalmente interpelado, nos anos 1970, com o desenvolvimento das pesquisas que introduziam a dimensão sexuada nas análises do trabalho. É a partir da

problemática da Divisão Sexual do Trabalho que muitas estudiosas feministas iniciam uma reconstrução/desconstrução do conceito de trabalho: inclusão nas suas análises das categorias *Gênero*, *trabalho doméstico*, *trabalho não remunerado*, *não mercantil* e *informal*. Contestam a relação dicotômica entre produção e reprodução, trabalho profissional e trabalho doméstico. Levantam a prerrogativa de que *classe social*, *gênero* e *raça* são categorias indissociáveis.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Trabalho para nós é toda atividade desenvolvida pelas pessoas que transforma a natureza — demanda energia, força, tempo, afetos e cuidados e oferece bens e serviços úteis à reprodução humana.

Sendo assim, a atividade desenvolvida no espaço doméstico — de cuidar das crianças e dos idosos —, bem como a realizada pelas empregadas domésticas que vendem os seus serviços, é trabalho.

Esta é uma das grandes lutas do movimento feminista — valorização, socialização, reconhecimento e visibilidade do trabalho doméstico e de cuidado com as pessoas. Pois esse trabalho é fundamental para a reprodução da humanidade e deve ser reconhecido como trabalho pela economia. A solução para a valorização do trabalho do cuidado não está em estabelecer um espaço paralelo ao mercado, mas sim, em pensar no cuidado com o outro, em construirmos uma vida melhor, em pensar na produção do viver (GUÉRIN, Isabelle 2005).

Como todas as relações sociais, as relações de Gênero têm uma base material — no caso, o trabalho — e se exprimem através da Divisão Social do Trabalho entre os sexos, de maneira concisa: a Divisão Sexual do Trabalho.

A análise da Divisão Social do Trabalho a partir de uma análise de sexo, ou seja, da existência de uma Divisão Sexual do Trabalho é, hoje, fundamental para as análises sobre a situação da Economia Solidária e as relações de trabalho nas diferentes sociedades.

A Divisão Sexual do Trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também a compreensão de que a esfera produtiva, determinada ao homem, recebe maior valor social e econômico e é, por conseguinte, mais

valorizada nas sociedades. Segundo Daniele. Kergoat (2003), a Divisão Sexual do Trabalho parte da idéia de que há uma separação — existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres — e uma hierarquia, na qual o trabalho de um homem vale mais do que o trabalho de uma mulher.

É importante entendermos que a Divisão Sexual do Trabalho tem sentidos muito diferentes e, muitas vezes, remete a uma abordagem apenas descritiva ou de complementaridade. Também precisamos entender e definir qual é a visão que nos interessa e que expressa, de fato, a realidade das mulheres.

A Divisão Sexual do Trabalho deve nos ajudar a compreender as relações entre mulheres e homens, configuradas por um sistema patriarcal que estabelece hierarquias entre as atividades desenvolvidas por ambos os sexos. Muito mais que constatar as desigualdades e apenas descrevê-las, a Divisão Sexual do Trabalho deve ser um instrumento de análise para abordar o problema da mudança, do rompimento dessa lógica, que vem reforçando as desigualdades entre os Gêneros e a opressão das mulheres. Portanto, é necessário que o conjunto do movimento de Economia Solidária incorporem a Divisão Sexual do Trabalho como um importante instrumento nas suas análises e propostas, visando contribuir para a superação das desigualdades nas relações de Gênero, tanto no âmbito das estruturas de participação e articulação política como os fóruns, quanto na relação com as experiências de Economia Solidária.

A Economia Solidária poderá contribuir com a luta feminista à medida que romper com a naturalização da Divisão Sexual do Trabalho e valorizar o trabalho reprodutivo. Para isso, é preciso garantir a distribuição igualitária dos trabalhos na família, visibilizando o trabalho reprodutivo na sociedade como parte integrante e necessária da cadeia produtiva.

Um outro ponto importante para a Economia Solidária é a autogestão, que poderá ser uma importante estratégia de construção da autonomia das mulheres, executando novas práticas com equidade de Gênero e reconhecendo o espaço doméstico e as relações familiares como um espaço da produção da vida.

ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLETIR

- Quais são os encontros e desencontros entre o movimento feminista e o movimento da Economia Solidária?
- Analisar as relações de poder existentes nas relações de Gênero, nos Fóruns e nas experiências de Economia Solidária.
- Qual é o lugar da mulher na Economia Solidária?
- Como a Economia Solidária tem contribuído para a redefinição do trabalho desenvolvido pelas mulheres?
- Como o Feminismo pode contribuir para Economia Solidária ?
- Como a Economia Solidária pode contribuir para o Feminismo?

Pensamos que existe um campo muito fértil para a construção de relações mais justas e igualitárias a partir da perspectiva da Economia Solidária. Mas, é necessário ampliar o olhar da Economia Solidária, tentando analisar o papel das mulheres, sua inserção nos grupos de produção; na organização; no acesso às finanças, à comercialização, ao consumo; e também construir instrumentos de ação que permitam acabar com as desigualdades entre homens e mulheres.

Como estão garantidos os direitos das mulheres nos grupos de produção: a licença-maternidade, a equidade dos rendimentos, a participação em todo o processo da cadeia produtiva, a participação nas decisões e na gestão? E a divisão do trabalho reprodutivo? Como se dá o acesso das mulheres às políticas públicas de crédito e de assistência técnica? Como estão pensadas as políticas públicas de Economia Solidária garantindo a perspectiva de Gênero?

Indicando algumas conclusões

Possibilidades de Encontro

Acreditamos que as iniciativas de Economia Solidária podem criar espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o trabalho remunerado e o não remunerado, podendo contribuir para a superação desses bloqueios por que: criam espaços de discussão, reflexão,

deliberação e reivindicações coletivas — acesso à fala pública; possibilitam a participação na transformação das instituições, da legislação e das normas sociais e contribuem para redefinir articulações entre família, mercado, sociedade e Estado.

É fundamental, porém, que a revalorização das práticas de reciprocidade possa permitir a luta contra as desigualdades dentro da família e na vida profissional possa focar no sujeito, no fortalecimento pessoal e na autonomia das pessoas, sobretudo das mulheres, e contribuir para o interesse de todas as pessoas, considerando suas diversidades. (Isabelle GUÉRIN, 2005)

A resolução dos problemas e dos conflitos deve garantir a lógica da proximidade entre as pessoas, da solidariedade, da autogestão e do seu protagonismo, pautada em uma justiça social de Gênero.

DESAFIOS

O grande desafio está posto para todas as pessoas e todos os movimentos que acreditam e lutam pelas bandeiras *Um Outro Mundo É Possível* e *Uma Outra Economia É Possível*. É necessário construir um sistema econômico diferente que garanta que a sociedade tenha o domínio sobre as riquezas, e não as riquezas sobre a sociedade; que assegure também outra qualidade nas relações entre homens e mulheres — superando as relações de poder dos homens sobre as mulheres, eliminando todas as formas de violência praticadas contra as mulheres —; e que seja capaz de superar o sistema econômico centrado no capital, substituindo-o por outro sistema centrado nas relações sociais humanas, na autonomia dos sujeitos e no trabalho autogerido.

É importante também pensar que o futuro da Economia Solidária depende de sua capacidade de articular o local e o global, de seu reconhecimento pelo Estado e pelas organizações internacionais, pois a Economia Solidária não deve ser uma experiência pontual e isolada, pois está inserida em uma sociedade com princípios adversos e necessita incidir nos processos de

transformação e mudança individual e coletiva, nos âmbitos social, cultural, econômico e político.

As experiências no Brasil e no mundo demonstram que uma outra Economia Solidária já acontece. Começamos então a mobilizar e fortalecer esse movimento, reafirmando uma cultura solidária, de paz, feminista e anti-racista.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Maria Betânia. **Mulheres, Participação política e poder**. In Gênero e Poder. Secretaria Especializada da Mulher Alagoas, 2006.

CARRASCO, Cristina. **Para uma economia feminista**. In: Mujeres e economia: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas, 1998.

GUÉRIN, Isabelle. **As Mulheres e a Economia Solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

KERGOAT, Daniele. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. In: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres. Desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher 3, 2003.

NOBRE, Miriam. **Mulheres na Economia Solidária**. Texto de trabalho, mimeo, 2007.

POLANYI, Karl **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980. Tradução de Fanny Wrobel.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência Contra Mulher e Violência Doméstica** .In: **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Cristina Bruschini e Sandra G. Unbehaum, organizadoras –São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

SANTOS, Graciete; BUARQUE, Cristina. **O Que é Gênero?**. Caderno gênero e trabalho. Salvador: REDOR, 2006.

SCOTT, Joan. **Igualdade versus diferença:os usos da teoria pós-estruturalista**. In: debate feminista – Cidadania e Feminismo, 1999.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 116-125.

Bibliografias consultadas

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). **Economia Feminista**.São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2002.

GAIGER, Luiz Inácio. **As organizações do Terceiro Setor e a Economia Popular Solidária**. Revista de Ciências Sociais da Unisinos, vol **xx**. N. 159, p.103-151, 2001.

GUÉRIN, Isabelle.**Sociologia Económica e Relações de Gênero**. IN: Marilane Teixeira, Miriam Nobre, Tatau Godunho e Marli Emílio (orgs).São Paulo:Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

GUÉRIN, Isabelle. **Sociologia Econômica e Relações de Gênero**. IN: Marilane Teixeira, Miriam Nobre, Tatau Godunho e Marli Emílio (orgs).São Paulo:Coordenadoria Especial da Mulher 2003.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

NOBRE, Miriam. **Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista**. IN: FARIA, Nalu e Miriam Nobre (orgs). A Produção do Viver: ensaios de economia feminista. São Paulo. SOF. Cadernos Feministas, 2003.

SANTOS, Graciete e GÓES, Karla de. **Mulher e Trabalho**. Casa da Mulher do Nordeste. Recife, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2002.